



## PARTE G

### CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.

#### Despacho (extrato) n.º 4035/2014

Por Despacho da Diretora Clínica do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 28 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 15 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2007, de 23 de fevereiro, *ex vi*, da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada ao Assistente Graduado de Gastroenterologia, Rui António Rocha Tato Marinho, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a redução do período normal de trabalho semanal para 40 horas.

6 de março de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa.

207671505

#### Despacho (extrato) n.º 4036/2014

Por Despacho da Diretora Clínica do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 28 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 15 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2007, de 23 de fevereiro, *ex vi*, da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada à Assistente Graduada de Patologia Clínica, Maria Helena dos Santos Proença de Almeida, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a redução do período normal de trabalho semanal para 36 horas.

6 de março de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa.

207671465

#### Despacho (extrato) n.º 4037/2014

Por Despacho da Diretora Clínica do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 28 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 15 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2007, de 23 de fevereiro, *ex vi*, da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada ao Assistente Graduado de Cirurgia Geral, João Manuel Ferreira Caldeira, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a redução do período normal de trabalho semanal, para 38 horas.

6 de março de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa.

207671416

#### Despacho (extrato) n.º 4038/2014

Por Despacho da Diretora Clínica do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 28 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 15 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2007, de 23 de fevereiro, *ex vi*, da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada ao Assistente Graduado de Pneumologia, Leonardo Ferreira, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a redução do período normal de trabalho semanal, para 39 horas.

6 de março de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa.

207671457

### CENTRO HOSPITALAR DA PÓVOA DE VARZIM/VILA DO CONDE, E. P. E.

#### Declaração de retificação n.º 291/2014

Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 24, de 4 de fevereiro de 2014, aviso n.º 1573/2014, no n.º 2.3 retifica-se que onde se lê «Podem ainda ser admitidos ao presente concurso, médicos que sejam titulares de relação jurídica de emprego público — contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — ao abrigo da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, que mantém a respetiva modalidade da relação jurídica de emprego público.» deve ler-se «Podem ainda ser admitidos ao presente concurso médicos que sejam titulares de relação jurídica de emprego público — contrato de trabalho em funções públi-

cas por tempo indeterminado — ao abrigo da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e que pretendam vir a ser contratados em regime de contrato individual de trabalho ao abrigo do Código do Trabalho.» e no n.º 5 onde se lê «artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 207/2011, de 24 de maio,» deve ler-se «artigo 21.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio.»

3 de março de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, António Henrique Machado Capelas.

207662296

### UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, E. P. E.

#### Despacho (extrato) n.º 4039/2014

Por despacho do Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., de 05 de fevereiro de 2014:

Rosa Maria Oliveira Ferreira Castro Gomes, Assistente Graduado de Medicina Geral e Familiar, do mapa de pessoal da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado — autorizada a redução de uma hora do seu horário semanal (de 41 horas para 40 horas semanais), nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 24.º do Decreto Lei n.º 73/90 de 06 de março, com a nova redação dada pelo n.º 13 do artigo 24.º do Decreto Lei n.º 44/07 de 23 de fevereiro, e Circular Informativa n.º 6/2010 da ACSS de 06 de junho.

7 de março de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, Dr. António Franklim Ribeiro Ramos.

207675053

### UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, E. P. E.

#### Deliberação n.º 675/2014

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E., de 5 de março de 2014:

Fernando Manuel Santos Ferreira, Assistente Graduado de Pediatria, autorizada a redução de uma hora no seu horário semanal (de 42 para 41 horas semanais), ao abrigo do n.º 10 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 06 de março, em vigor nos termos do n.º 3 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 04 de agosto e alínea b) do n.º 2 da Circular Informativa n.º 6/2010, de 06 de junho da ACSS, com efeitos a partir de 10 de março de 2014. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de março de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, Margarida Rebelo da Silveira.

207672818

### UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E. P. E.

#### Deliberação (extrato) n.º 676/2014

##### Delegação de competências

No uso da autorização concedida pelo n.º 3 do artigo 7.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 318/2009, de 02/11, publicado no DRE, 1.ª série, n.º 212, de 02/11/2009 e ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31/01, o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., deliberou, em reunião de 20 de janeiro de 2014, delegar, no Exmo. Senhor Dr. António Domingos Santos Leitão, Responsável pela Unidade de Compras e Logística, as seguintes responsabilidades e competências:

- Autorizar a realização de despesas de locações ou aquisições de bens e serviços; simples conservação e reparação e beneficiação das instalações e equipamentos; medicamentos e desenvolver os processos de negociação, que conduzam à racionalização e diminuição dos encargos, sempre que fundamentadas e cabimentadas, e desde que se mostrem imprescindíveis para a manutenção e funcionamento dos serviços, de valor igual ou inferior a 2.500,00 €, efetuadas ao abrigo do legalmente previsto, para os Hospitais com natureza de entidades públicas empresariais, bem como assinar as respetivas notas de encomenda.
- Assinar notas de encomenda, de aquisições previamente autorizadas e adjudicadas após seguimento de todos os preceitos legais em

vigor, por despacho da Vogal e ou CA da ULSCB, E. P. E., e até aos montantes adjudicados.

c) Assinar a correspondência de mero expediente respeitante à Unidade, com exceção da endereçada a órgãos de soberania e a gabinetes ministeriais.

d) Proceder à distribuição das responsabilidades de coordenação e gestão corrente dos diversos setores da Unidade, delegando competências nas suas ausências.

A presente delegação de competências produz efeitos desde 01 de setembro de 2013, ficando, por este meio, ratificados todos os atos praticados no âmbito dos poderes ora delegados.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. António Vieira Pires*.

207674535

## UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO, E. P. E.

### Declaração de retificação n.º 292/2014

Por ter saído com inexatidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2014, no aviso n.º 3091/2014, retifica-se que onde se lê «em 12 de fevereiro de 2013» deve ler-se «em 12 de fevereiro de 2014».

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de março de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Joaquina Matos*.

207670193



## PARTE H

### CIMAL — COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL

#### Aviso n.º 3644/2014

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação em vigor, torna-se público que, na reunião de 16 de dezembro de 2013 da Assembleia Intermunicipal da CIMAL, sob proposta do Conselho Intermunicipal, foi eleito, nos termos do art.º 94.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Pedro António da Silva Mendes Tojinha, para o cargo de Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, com efeitos a 18 de dezembro de 2013.

5 de março de 2014. — O Presidente do Conselho Intermunicipal, *Vitor Manuel Chaves de Caro Proença*.

307668322

#### Aviso n.º 3645/2014

Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação em vigor, torna-se público que, no dia 18 de dezembro de 2013, cessou a comissão de serviço de Joaquim Ventura Leite como Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, nomeado por deliberação de 12 de janeiro de 2010.

5 de março de 2014. — O Presidente do Conselho Intermunicipal, *Vitor Manuel Chaves de Caro Proença*.

307669124

### COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA

#### Aviso n.º 3646/2014

Em cumprimento da alínea b) do n.º 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que por despacho do Presidente do Conselho Intermunicipal da Região de Coimbra, de 10 de dezembro de 2013, e na sequência do procedimento concursal publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133 de 12 de julho de 2013, para preenchimento de três postos de trabalho, na carreira/categoria de técnico superior, foi determinado celebrar contratos por tempo indeterminado com Andreia Margarida Paiva Catela — economia, Nuno Miguel Rodrigues Pomar — engenharia civil) e Andreia Marisa Marques Carvalho — gestão de empresas), posicionados na 2.ª posição remuneratória, nível 15, com efeitos a 18 de dezembro de 2013.

25 de fevereiro de 2014. — O Primeiro Secretário da CIM-RC, *Jorge M Teixeira Bento*.

307665682

### MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

#### Regulamento n.º 102/2014

#### Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município

Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vereador da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, da Câmara Municipal de Alcácer do Sal:

Torna público que, foi aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião de 26 de setembro de 2013 e pela Assembleia Municipal em sessão de 20 de dezembro de 2013, o Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município, entrando o mesmo em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente.

3 de março de 2014. — O Vereador do Pelouro, *Manuel Vítor Nunes de Jesus*.

#### Alteração ao regulamento e tabela geral de taxas e outras receitas do município

##### Nota Justificativa

No âmbito do Programa Simplex, foi publicado o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas, no contexto da iniciativa designada «Licenciamento Zero».

Este diploma que visa a desmaterialização e a simplificação do regime de licenciamento de diversas atividades económicas, destinadas a reduzir encargos administrativos sobre empresas e cidadãos, mediante a eliminação de licenças, autorizações, autenticações, certificações e outros atos permissivos, substituindo-os por um reforço de fiscalização, aprovou um novo paradigma na administração autárquica, com profundas alterações ao nível da matriz tributária municipal.

Prevê-se agora para além da figura tradicional do licenciamento aplicável aos atos que não se encontram previstos no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, o procedimento de informação de viabilidade, de mera comunicação prévia e de comunicação prévia com prazo.

Com vista a cumprir o objetivo apontado, o diploma define um modelo que se processará via eletrónica, através de um Balcão Único Eletrónico, designado «Balcão do Empreendedor», criado pela Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril.

Para além do atrás referido, o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril estabelece a articulação do regime de instalação de certas atividades, com o regime da edificação, do Decreto-Lei n.º 269/2012, de 1 de agosto, que aprovou o Sistema da Indústria Responsável (SIR) e do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março que aprovou o regime jurídico de instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.